

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LITERATURA E OS GÊNEROS CONFSSIONAIS

Sheila Dias Maciel¹

RESUMO: Reflexão sobre o ensino da narrativa na graduação em Letras. Da revisão da ementa da disciplina Teoria Literária à consequente inclusão de tópicos sobre os gêneros confessionais como forma de fortalecer a compreensão do conceito básico de ficção. Proposta intermediada pelo conteúdo do livro didático, material com o qual o professor de literatura em formação irá, via de regra, trabalhar.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino, narrativa, gêneros confessionais.

ABSTRACT: This paper is a reflection on the teaching of the narrative at the university level in the Letters course, from a review of the content of the discipline entitled Literary Theory, to the inclusion of the confessional genres topics as a way to fortify the comprehension of the basic concept of fiction. This proposal is mediated by the contents of didactic books, material with which the literature teacher in formation, as a rule, works.

Key-words: Teaching Literature, narrative, confessional genres.

¹ Professora Adjunta do Departamento de Letras da UFMT, campus de Rondonópolis, e do Mestrado em Estudos de Linguagem do Instituto de Linguagens, campus de Cuiabá. sdmaciел@terra.com.br

A certeza, sei, é desumana,
é carapaça, couraça, verniz, mentira, máscara
e incapacidade
– de viver o drama.

Affonso Romano de Sant'Anna

1. Viver o drama

Participar do processo formativo de professores de literatura é viver não um, mas vários dramas. Dramas de ordem variada que dizem respeito ora à compreensão de que profissional queremos formar, ora à escolha, sempre atribulada, de um currículo mínimo que atenda as nossas próprias convicções. Ao lado destes dramas de ordem coletiva, em geral discutidos e pensados exaustivamente em departamentos ou órgãos de igual representatividade, existem outros dramas, não menos dolorosos, e algumas vezes mais intensos, que dizem respeito às questões de ordem filosófica imbricadas ao próprio trato com o literário.

Hoje estamos vivendo num tempo em que estão sendo revisitadas as fronteiras que a tradição construiu. Questionamos as fronteiras entre arte e ciência, entre prosa e poesia e se realmente existem, no âmbito da narrativa, as fronteiras que separam os textos ditos ficcionais daqueles escritos segundo uma pulsão autobiográfica. Os gêneros confessionais (memórias, diário, autobiografia) assumiram, atualmente, um lugar de destaque nas livrarias e no gosto de uma infinidade de leitores.

Apesar disto, o professor de literatura em formação, na graduação em Letras, continua aprendendo, de modo estanque, o que é romance, o que é novela e o que é conto, sem que reflita sobre a relação entre estas formas narrativas mais tradicionais e os gêneros confessionais em voga.

Aparece, hoje, em larga escala nos livros didáticos que serão utilizados por estes graduandos, uma infinidade de depoimentos, diários e relatos autobiográficos cercada por imprecisões de ordem teórica que precisam ser enfrentadas. Muitas vezes o professor em sala de aula não refletiu sobre o problema e tende a simplificá-lo, usando como argumentação premissas infundadas, sobretudo relacionadas ao conceito

de verdade e de realidade, sem recorrer sequer a Aristóteles e à base teórica da recriação da realidade. Essa falha, ao nosso ver, advém de um problema básico na graduação relacionado à extensão do conceito de ficção, discussão-chave para o professor de literatura em processo formativo.

2. Os gêneros confessionais e a ficção

A ideia de que existem gêneros literários é das mais antigas e sempre gerou polêmicas em torno de alguns problemas advindos, sobretudo, da filiação da obra literária a um determinado gênero. Oriundo do Latim *genus-eris*, o vocábulo gênero significa tempo de nascimento, origem, classe, espécie, geração (SAMUEL, 1985, p. 64). Toda obra literária está vinculada a um tempo, a um espaço e a uma cultura. Esta constatação acaba por procurar afinidades entre as obras literárias que atendam ao desejo humano de organização ou de sistemática. O estudo dos gêneros literários se converteu, portanto, na observação de grandes conjuntos de estudos reflexivos sobre o literário.

Inúmeras são as questões entrelaçadas ao conceito de gênero. Existiram teóricos que acreditaram na imutabilidade dos gêneros, outros, pensando na autonomia de cada obra, buscaram menos as relações e mais as diferenças que nascem da observação do conceito de originalidade, tão bem- aceito como ideal estético no Ocidente.

Aristóteles (1988), em sua poética, abordou a questão dos gêneros a partir da fruição das obras literárias gregas, ou seja, pela avaliação de toda a produção verbal conhecida na época. Para ele, um gênero literário é uma forma em consonância com um conteúdo e com a maneira como este conteúdo é comunicado ao leitor. A noção de tripartição clássica dos gêneros, que não nasce em Aristóteles, é descrita por meio da utilização de técnicas diversas como o ritmo, a melodia, a extensão e a maneira como ocorre a imitação: na epopeia e na tragédia imitam-se as façanhas de heróis e seus valores coletivos e, na comédia, imitam-se a fraqueza moral e os vícios.

A relação entre os gêneros confessionais e os gêneros estudados através dos séculos é de dependência. Compre-

endendo o desejo humano de organização, compreende-se a necessidade de rever a tripartição clássica à luz das formas literárias criadas e consolidadas no longo intervalo da Literatura Ocidental. Com o surgimento e desenvolvimento da forma do romance nos últimos séculos, o gênero épico foi rebatizado de narrativo, mas, no interior deste gênero narrativo, várias formas literárias dotadas de estatuto próprio ganharam uma identidade e uma história que incluem uma série de obras ditas canônicas.

Dentre as formas consagradas estão o romance, o conto e a novela. Ao lado destas formas aparecem outras que sempre causaram dúvidas quanto ao seu teor literário, como o diário, as memórias e a autobiografia, formas comumente designadas por gêneros confessionais, mas que pertencem ao mesmo gênero intitulado narrativo por contarem uma história e serem alicerçadas sobre os mesmos pontos que as formas aceitas pelo gênero narrativo: narrador, tempo, espaço, enredo e personagem.

Além de pertencerem ao narrativo, conforme anunciamos, o conjunto das formas mencionadas é descrito também como gêneros de fronteira, ou seja, formas literárias que têm muitos traços em comum com outras formas de produção humana, como a sociologia e a história. Para Alfredo Bosi (1997, *apud* AGUIAR et al., 1997, p. 12), “Falar em “fronteiras” da literatura dentro desse campo de interações é sempre recuar um pouco, é, no fundo, pensar as diferenças entre ficção e não-ficção”.

Os gêneros confessionais contam histórias de um narrador em primeira pessoa. A voz do narrador que conta fatos de dentro da narrativa e se apresenta com o mesmo nome do autor, ou sem nome, ou por um apelido que o represente, costuma ser recebida como voz testemunhal, ligada aos preceitos históricos. Se o narrador é sempre ficcional, no entanto, não há motivos para apartar, do fazer literário, as formas escritas como confissão ou desvelamento.

Os gêneros confessionais, narrativos por suas especificidades, serão literários na medida em que não sejam relatos de comunicação direta, mas que comportem uma atividade simbólica no processo de trabalho com a linguagem: “Ao

passo que no registro da memória histórica os desejos são desejos e os fatos, fatos. A imbricação de devaneio com relato propriamente é ficção” (BOSI 1997 *apud* AGUIAR et. al, 1997, p. 13).

Em *Reflexão sobre a arte*, Alfredo Bosi (1986, p. 70) afirma que: “Na arte parece não haver espaço para a representação *direta* das forças sociais ou para a expressão *imediata* das forças psíquicas”. Com isso, não exclui o caráter literário e de arte que pode existir em textos escritos a partir de uma realidade reconhecível ou de uma pulsão autobiográfica, posto que toda narrativa é sempre linguagem, o que afasta a *imediatez* do processo de urdidura dos enredos em foco.

Lidar com gêneros confessionais é lidar, portanto, com o entorno do conceito de ficção. Por gênero confessional, conforme historiamos, compreende-se um conjunto de formas narrativas dotadas de estatuto próprio. Seja exemplo a forma do diário que tem em comum com as memórias e a autobiografia um narrador em primeira pessoa que vive um processo de desvelamento, independentemente da relação que possa existir entre o narrador (ser ficcional) e o autor (ser de existência comprovada fora do texto).

A ficção não é uma forma de fingimento que possa ser intuída sem reflexão. Por ficção compreende-se não o avesso da verdade, mas uma construção que representa a singularidade humana e pode ser dotada de arte. Toda arte é sempre ficcional, mas nem toda ficção é arte. As formas narrativas confessionais, como qualquer narrativa, são sempre ficcionais, mas nem sempre são arte. Não é a forma narrativa, portanto, que determina o nível ficcional do texto, mas o uso que cada escritor faz destas formas.

3. O livro didático, um drama à parte

Discutir o ensino de teoria da narrativa na graduação em Letras num momento em que os gêneros confessionais (memória, autobiografia, diário) assumem um lugar de destaque é uma necessidade. Sobretudo quando essas formas já ingressaram no livro didático, material utilizado em larga escala.

Ao questionarmos a necessidade de adequação dos conteúdos e ementas do curso de Letras, colocamo-nos em face da discussão do currículo, vocábulo oriundo do latim *curriculum* que significa “pista de corrida” (SILVA, 2002, p. 15). Ao lidar com o conceito de currículo, lida-se com o que precisa ser percorrido pelo aluno em seu processo formativo.

A questão central que serve para desenvolver qualquer mudança de currículo é a de saber qual conhecimento deve ser ensinado. Diante do quadro apresentado, não existem dúvidas em afirmar que é necessário fortalecer a compreensão do conceito de ficção para que o professor de literatura em sala de aula não confunda alhos com bugalhos: “Convém não confundir alhos, que são a parte prática da vida, com bugalhos, que são a parte ideológica e vã” (MACHADO DE ASSIS, 1977, p. 97). Aplicando a lição machadiana, é necessário distinguir, à custa de reflexão, quais são as características essenciais destas formas narrativas centradas num “eu” tão em voga, as quais não sejam imprecisões teóricas ou falsas explicações.

Ao buscar informações sobre gêneros confessionais em livros didáticos utilizados atualmente, deparamo-nos com definições confusas. Na obra *Tudo é linguagem*, indicada para a sexta série/sétimo ano, afirma-se que “Se a narrativa é de fatos realmente experienciados recebe o nome de relato” (BORGATTO; BERTIN; MARCHEZI, 2008, p. 79). Esta definição, pouco elucidativa, demandaria reflexão, visto que não há, em tese, como saber o que foi realmente vivenciado numa narrativa, pois exige do leitor um conhecimento que a narrativa não fornece, além de exigir do leitor também uma atitude detetivesca que nem sempre poderá ser compensada.

Outros exemplos mostram o despreparo dos profissionais ligados à produção do livro didático sobre o assunto: “Num diário, quem escreve tem a intenção de registrar para si mesmo os acontecimentos de cada dia e o seu ponto de vista ou suas impressões sobre eles” (BORGATTO; BERTIN; MARCHEZI, 2008, p. 103). Este trecho selecionado trata da questão da endogamia, ou seja, do “escrever para si mesmo”. Se o escritor de diário escreve para si, por que

existem tantos diários publicados? – poderíamos indagar. Além disso, está em xeque, ainda nesta definição, a questão do conteúdo da escrita dos diários. Na definição, o diário *registra acontecimentos de cada dia*, mas, segundo Béatrice Didier (1991), é uma forma aberta e sua única característica é a periodicidade, esta também muito variada.

Todas as definições ou explicações sobre a literatura da confissão no livro didático em estudo são permeadas por imprecisões de ordens diversas, sem uma base teórica relevante. Essas e outras imprecisões deverão ser enfrentadas pelos professores que iremos formar. Daí a necessidade de fortalecer na ementa de Teoria Literária uma variedade de formas narrativas que atendam não à lógica de mercado, mas à necessária reflexão sobre o conceito de ficção.

Em um último exemplo retirado do livro didático, encontramos a seguinte definição: “Ao comparar os textos, a primeira grande diferença que se observa é que o primeiro narra fatos reais; enquanto o segundo narra fatos imaginados”. E, em sequência, “Chama-se **relato** a narrativa de fatos reais. Se os fatos são imaginados, trata-se de **uma narrativa de ficção**” (grifos do autor). Esta diferença não está dentro dos textos. Tanto o relato quanto a narrativa são sempre ficcionais.

Notamos, no livro didático em questão, que na explicação sobre textos literários consagrados pela tradição (contos e crônicas, por exemplo) não aparecem problemas teóricos, mas, diante de formas narrativas ainda não canônicas (diário, memórias e relato), há uma série de problemas teóricos de primeira grandeza, atrelados à extensão do conceito de ficção.

Qualquer que seja a narrativa, ela sempre será ficcional porque não é a própria vida, mas uma recriação filtrada pela linguagem. E o que isso tudo ajuda a pensar no currículo do graduando em Letras? O importante é assegurar a base para a compreensão do narrativo e suas variáveis, e a base diz respeito à extensão do conceito de ficção. Todas as narrativas são ficcionais, porque não são a própria vida; cada texto, no entanto, tem um nível ficcional diferente. Incluir textos variados e destacar os gêneros confessionais também

como ficção e recriação é tarefa necessária na disciplina Teoria literária ou mesmo nas demais disciplinas do curso.

4. Um drama a menos, mas sem certezas

*Mas, às vezes, gostaria
de ter a estúpida e feliz certeza
do ditador no trono.
A certeza, por certo, causa dano
mas é aspiração confessa
de quem, nietzchiano, se cansa
de ser humano,
– demasiadamente humano.*

Affonso Romano de Sant'Anna

Essas reflexões sobre a teoria da narrativa e sobre seu caráter ficcional servem como ponto de partida para a autonomia do pensamento do professor.

Compreendendo a ficção não como mentira, mas como força dinamizadora, o professor de literatura em formação (todos nós) tem condição de enfrentar, sem drama, as “[...] inumeráveis narrativas do mundo” (BARTHES, 1976 *apud* BARTHES, 1976) em qualquer livro didático ou fora dele.

Formar um professor de Literatura não é apenas informá-lo sobre os teóricos e obras essenciais. É, antes de tudo, propor uma tensão reflexiva sobre a base dos questionamentos sobre o literário. É, entre certezas conquistadas, propor dúvidas, lidar com dramas – trazer para o debate contínuo as marcas do descontínuo, as fronteiras, o conceito sempre revisto de ficção e o caráter fugidio que é próprio do literário –, um drama essencialmente *humano*.

Referências

- ARISTÓTELES *et al.* **A poética clássica**. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1988.
- BARTHES, R. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, R. **Análise estrutural da narrativa**. Petrópolis: Vozes, 1976.
- BORGATTO, A.; BERTIN, T.; MARCHEZI, V. **Tudo é linguagem**. São Paulo: Ática, 2008.

BOSI, A. Apresentação. In: AGUIAR, F. *et al.* (Orgs.). **Gêneros de fronteira**: cruzamento entre o histórico e o literário. São Paulo: Xamã, 1997.

_____. **Reflexões sobre a arte**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986. (Fundamentos, 8).

DIDIER, B. **Le journal intime**. 2. ed. Paris: PUF, 1991.

MACHADO DE ASSIS, J. M. **Helena**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977.

SAMUEL, R. (Org.). **Manual de teoria literária**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.